



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

Ao vigésimo primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e dezesseis reuniu-se o Conselho de Administração do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência - na sua sede, à Rua da Quitanda, número cento e seis, terceiro andar, com a presença de nove membros, conforme lista de presença anexa. Verificada a presença de quórum, instalou-se a Reunião, presidida pelo Conselheiro Camilo Ribeiro Rulière, Vice-Presidente do Conselho, e secretariada pela Representante dos Segurados do Poder Executivo, Conselheira Francisca Rodrigues Talarico. A pauta desta reunião, encaminhada previamente aos Conselheiros, foi a seguinte: **Deliberação. Item Um. Eleição de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário do Conselho de Administração, conforme o artigo treze, parágrafos primeiro ao quarto do Regimento Interno do CONAD. Item Dois. Aprovação do Plano Anual de Investimento (PAI). Item Três. Autorização para aumentar o limite de valor para captar recursos por meio da operação de cessão de créditos de Royalties e Participações Especiais. Informes. Item Um. Acompanhamento da operação de securitização de Royalties e Participações Especiais. Item Dois. Fluxo de caixa do Rioprevidência. Item Três. Evolução dos Benefícios, COMPREV e Auditoria de Benefícios – Legatário e Viúva. Item Quatro. Acompanhamento do cruzamento de dados do Rioprevidência com os entes de Previdência Municipais e Estaduais. Item Cinco. Apresentação do Planejamento Estratégico.** O Conselheiro Camilo Ribeiro Rulière, Vice-Presidente do CONAD, iniciou a reunião agradecendo a presença dos demais Conselheiros e, após as considerações iniciais, explicou o motivo da troca de data da reunião, e passou ao **Item Um** da pauta de **Deliberações**. O Vice-Presidente do CONAD esclareceu que, normalmente, o Secretário de Planejamento é o Presidente do Conselho, e sugeriu a indicação do Conselheiro



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

Gustavo de Oliveira Barbosa, Secretário de Estado de Fazenda, como Presidente, uma vez que está prevista a incorporação pela SEFAZ da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão a partir de janeiro de dois mil e dezessete. A indicação foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros. O Conselheiro Camilo Rulière disse que permaneceu como membro do CONAD há muito tempo, não pretendendo continuar na Administração, e indicou o Conselheiro José Roberto Portugal Compasso como Vice-Presidente do CONAD. Os membros presentes aprovaram a indicação. O Conselheiro Camilo Rulière sugeriu, então, a recondução da Conselheira Francisca Rodrigues Talarico como Primeira Secretária do CONAD, e do Conselheiro Roberto Lúcio Cordeiro como Segundo Secretário. O Conselho de Administração aprovou a recondução dos referidos membros, e o Conselheiro Camilo Rulière passou a palavra ao Conselheiro Gustavo Barbosa. O Conselheiro Gustavo Barbosa agradeceu aos membros do CONAD pela confiança, e passou ao **Item Três** da pauta de deliberações. O Presidente do Conselho de Administração solicitou a retirada deste item da pauta de reunião, e explicou que, inicialmente, o Conselho já possui uma autorização legal, por meio de aprovação na Assembleia Legislativa do Estado, contudo ainda não há contrapartida do próprio CONAD. Segundo o Conselheiro Gustavo Barbosa, não houve avanço do Rioprevidência em realizar novas operações, mas seria necessário compatibilizar as autorizações do CONAD e da ALERJ. O Presidente do Conselho de Administração esclareceu a retirada do item de pauta pelo fato de ser inviável a realização de novas operações devido ao alto custo e ao baixo resultado financeiro. O Conselheiro Gustavo Barbosa explicou que o Governo do Estado está negociando com a Secretaria do Tesouro Nacional a possibilidade de realizar operação semelhante à feita em mil novecentos e noventa e nove. A diferença, de acordo com o Conselheiro, é que a nova operação custaria, no mínimo, entre doze e doze e meio por cento, o



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

mesmo valor dos papéis das operações já realizadas. No entanto, de acordo com o Presidente do CONAD, para que essa operação fosse realizada, seria necessária a anuência dos investidores internacionais e a recompra dos títulos emitidos, o que se configuraria como inviável neste momento, devido ao custo financeiro para o Rioprevidência. O Conselheiro José Roberto Compasso perguntou qual seria o valor máximo a ser captado caso a União resolvesse fazer essa transação por meio do Tesouro Nacional. O Conselheiro Gustavo Barbosa respondeu que o custo seria em torno de sete bilhões de reais, mas que preferia aguardar o resultado da negociação. O Conselheiro José Roberto Compasso indagou, então, se seria necessária criação de Lei Federal para que a transação fosse concretizada. O Presidente do CONAD disse que seriam necessárias Leis Federal e Estadual, e esclareceu que esteve no Congresso Nacional quando foi aprovada a Lei que trata da recuperação fiscal dos Estados. Segundo o Conselheiro, deverá ser criada uma espécie de cesta de ativos do Estado para ajudar a abater a dívida, o que pode gerar um alívio financeiro para os próximos três anos. No entanto, será necessário aguardar a sanção da Lei pelo Presidente da República. O Conselheiro Pedro Paulo Marinho de Barros lembrou que, com relação à captação, o Rioprevidência entrou em default técnico na operação atual, que e todos os valores provenientes dos royalties estão sendo usados para quitar. O Conselheiro Pedro Paulo de Barros perguntou se a operação com a Secretaria do Tesouro Nacional teria como objetivo quitar esse débito ou reverter a situação. O Conselheiro Gustavo Barbosa disse que o Rioprevidência é dono da securitizadora responsável pela operação de crédito no exterior. Os títulos são pagos, e o fluxo que sobra do serviço dos bonds é recebido pelo Rioprevidência. De acordo com o Presidente do CONAD, em dois mil e dezesseis o Rioprevidência recebeu entre trinta e quarenta milhões de reais, e que nos próximos anos esse fluxo tenderá a ter



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

uma folga. Esse fluxo futuro de royalties, segundo o Conselheiro Gustavo Barbosa, poderá ser objeto de negociação a partir do momento em que as *sponsor notes* apresentarem fluxo financeiro mais consistente ao Rioprevidência. O Presidente do CONAD lembrou que hoje a operação está acelerada, e que sessenta por cento de todo o excesso é consumido para pagar as operações. O Conselheiro Pedro Paulo de Barros perguntou, então, qual seria a previsão de tempo durante o qual o Rioprevidência não receberia royalties, e o Presidente do CONAD respondeu que, primeiramente, seria necessário negociar com os investidores internacionais. O objetivo da nova operação, de acordo com o Conselheiro Gustavo Barbosa, seria gerar fluxo de caixa e, para isso, haveria um bloqueio de quase seiscentos milhões de reais. O Conselheiro Pedro Paulo de Barros analisou a incongruência da situação, uma vez que ocorre o bloqueio para pagar alimentos de servidores, enquanto há desbloqueio para pagar juros da operação. O Conselheiro Gustavo Barbosa informou que a Procuradoria Geral do Estado está tentando evitar os bloqueios há dois meses. O Vice-Presidente do CONAD declarou que não há sentido em bloquear o arresto estadual e liberar o bloqueio administrativo federal. A Conselheira Francisca Talarico perguntou a respeito da mudança na forma de cálculo dos royalties que estava prevista no Supremo Tribunal Federal. O Presidente do CONAD esclareceu que as petroleiras estavam usando como base o preço mínimo, que o Estado do Rio de Janeiro o percebeu como inadequado, e a Agência Nacional de Petróleo reconheceu essa inadequação. Contudo, o Conselho Nacional de Energia determinou que a ANP não corrigisse esse preço. A situação foi revertida no Supremo Tribunal Federal, que determinou redefinição do preço pela ANP, o que poderia gerar ao Rioprevidência cerca de um bilhão de reais a mais. O Conselheiro Gustavo Barbosa perguntou, então, se os Conselheiros presentes concordavam com a retirada do item de pauta, ao



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

que os membros presentes assentiram. Passou-se, então, ao **Item Dois**. O Conselheiro Reges Moisés dos Santos lembrou que o Plano Anual de Investimentos fora encaminhado aos membros do Conselho com antecedência, e informou que o PAI para o ano de dois mil e dezessete seguiria a mesma estratégia do ano anterior: que os recursos do Fundo Financeiro deveriam ser aplicados no curto prazo, objetivando liquidez imediata e diária, e que os recursos do Fundo Previdenciário seriam investidos no médio e no longo prazos. O Conselheiro Camilo Rulière perguntou qual seria a rentabilidade dos investimentos no médio e no longo prazos, e o Conselheiro Gustavo Barbosa respondeu que a Administração do Rioprevidência tem por costume comprar títulos públicos NTN-B, com lastro na inflação, porque as obrigações do Fundo são reajustadas de acordo com esse índice. Os títulos pagam juros semestralmente, enquanto o principal é corrigido pela inflação. O Gerente de Operações e Planejamento da Diretoria de Administração e Finanças do Rioprevidência, Senhor Fabio Rodrigo Amaral de Assunção, explicou que, atualmente, noventa por cento da carteira do Fundo Previdenciário está atrelada à inflação, cujos títulos renderiam, no mínimo, treze e meio por cento. O Gerente de Operações e Planejamento disse, ainda, que hoje o Rioprevidência consegue captar no mercado títulos corrigidos pela inflação com acréscimo de seis por cento de juros, sempre respeitando o que foi determinado pelo Plano Anual de Investimentos: atrelar rendimento à inflação, porque se constitui como o menor risco no médio e no longo prazos. Segundo o Senhor Fabio Assunção, hodiernamente, o Fundo Previdenciário investe quase cem por cento dos seus recursos em títulos públicos com data de vencimento em dois mil e vinte e quatro e em dois mil e trinta. O Conselheiro Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes falou sobre a venda de mais de trinta imóveis esse ano, tendo a última venda logrado setenta e dois milhões de reais ao



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

Rioprevidência. A Conselheira Francisca Talarico perguntou a respeito dos últimos imóveis repassados pelo Estado ao Rioprevidência. O Presidente do CONAD esclareceu que os imóveis ainda não foram transferidos devido aos ritos dos processos. O Conselheiro Gustavo Barbosa colocou o item em votação, o qual foi aprovado por unanimidade, e passou ao **Item Um da Pauta de Informes**. O Conselheiro Gustavo Barbosa esclareceu que o Rioprevidência recebe dois fluxos de royalties: um referente à participação especial, outro aos royalties. De acordo com o Conselheiro, dois terços da receita são provenientes de participação especial e um terço, de royalties. A participação especial tem característica diferenciada, conforme o resultado líquido proveniente da exploração do poço de petróleo, a isso se carrega a despesa de manutenção ou de investimentos no poço. No quarto trimestre deste ano, a Petrobras carregou um alto custo, o que ocasionou a queda no repasse da participação especial. Como consequência, o Rioprevidência acabou por pedir um *waiver* aos investidores, ou seja, um perdão da dívida, que foi pago mediante negociação e alteração de contrato em dezembro de dois mil e dezesseis. O Presidente do CONAD esclareceu que, em função dessa situação, os recursos aportados nas "contas reservas" passaram a ser preservados, não sendo mais utilizados para a aceleração da amortização. O Secretário de Estado de Fazenda explicou, também, que ainda está mantida a não declaração de *default* financeiro por parte do Rioprevidência. Segundo o Conselheiro Gustavo Barbosa, a cotação dos títulos do Rioprevidência no exterior alcançou cerca de noventa e quatro por cento do valor de face, se recuperando. **Item Dois**. O Diretor-Presidente do Rioprevidência exibiu o fluxo de caixa do Fundo Financeiro, segundo o qual estão previstos para o ano de dois mil e dezessete os pagamentos das folhas de duas competências do exercício de dois mil e dezesseis e de doze competências de dois mil e dezessete. O Fundo Previdenciário deverá alcançar o montante



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

cerca de oitocentos milhões de reais até o mês de dezembro de dois mil e dezessete. O Conselheiro Reges dos Santos apontou que o Fundo Financeiro recebeu o aporte de dez bilhões e quinhentos milhões de reais do Tesouro Estadual em dois mil e dezesseis, e que está prevista a subvenção de quatorze bilhões e trezentos milhões de reais para o exercício de dois mil e dezessete.

Item Três. O Diretor-Presidente do Rioprevidência apresentou o panorama geral da aposentadoria no mês de novembro: cento e cinquenta e cinco mil novecentos e trinta e um eram aposentados provenientes do Executivo; cinco mil setecentos e quarenta e seis eram do Tribunal de Justiça do Estado; novecentos e trinta e um eram vinculados ao Tribunal de Contas do Estado; setecentos e seis eram aposentados da Assembleia Legislativa; e quatrocentos e cinquenta eram originários do Ministério Público do Estado; totalizando cento e sessenta e três mil setecentos e sessenta e quatro servidores inativos, cuja folha totalizou novecentos e setenta e dois milhões setecentos e dez mil reais. O Fundo tinha oitenta e nove mil novecentos e três pensionistas, e sessenta e nove mil seiscentas e oito pensões, cuja folha alcançou trezentos e dez milhões de reais totalizando duzentos e trinta e três mil trezentos e setenta e dois benefícios previdenciários. O Diretor-Presidente do Fundo apontou que a folha total de benefícios do mês de novembro alcançou o valor de um bilhão duzentos e oitenta e três milhões de reais, representando um aumento de quatro vírgula noventa e sete por cento em relação aos doze meses anteriores. O Conselheiro José Roberto Compasso perguntou qual seria o montante da contribuição previdenciária, e o Conselheiro Reges dos Santos respondeu que o valor anual seria de cerca de cinco bilhões de reais. O Conselheiro José Roberto Compasso perguntou, então, qual seria o montante da arrecadação previdenciária se a taxa de contribuição passasse de onze por cento para quatorze por cento. O Conselheiro Gustavo Barbosa afirmou que o valor mensal



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

passaria de quatrocentos milhões de reais para quatrocentos e trinta milhões, não estando aí incluída a contribuição do Estado, patronal, que é contábil, o que totalizaria o valor de seis bilhões e quinhentos milhões de reais ao ano. Segundo o Secretário de Estado de Fazenda, o Tesouro Estadual ainda teria de aportar anualmente dez bilhões e quinhentos milhões de reais. O Conselheiro José Roberto Compasso observou que o aumento da alíquota de contribuição previdenciária impactaria fortemente os servidores estaduais, mas que, ainda sim, o déficit continuaria alto. O Conselheiro Gustavo Barbosa sustentou a gravidade do déficit e disse que a proposta de aumento da alíquota para quatorze por cento, juntamente com a criação de uma alíquota temporária de dezesseis por cento, ajudaria a diminuir e a equalizar esse déficit, mesmo que onerando o servidor. Não seria somente uma ação a resolver o problema, mas uma composição de ações. De acordo com o Presidente do CONAD, caso a proposta dos trinta por cento de contribuição previdenciária fosse aprovada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a capacidade de pagamento do Estado alcançaria dez competências. O Conselheiro Gustavo Barbosa destacou que é preciso haver ações concretas, uma vez que são retirados cerca de um bilhão e quinhentos mil reais de recursos que poderiam ser destinados a outras necessidades. A Conselheira Francisca Talarico advertiu sobre a crueldade de se retirar compulsoriamente trinta por cento da remuneração dos servidores. O Presidente do Conselho disse conhecer o peso dessa proposta, e argumentou que atualmente o Estado do Rio de Janeiro é incapaz de honrar as folhas de pagamento, e que não se recuperará sozinho. O Secretário de Estado de Fazenda argumentou se esquivar de entrar no mérito político da situação, e anunciou que a principal meta do órgão será o pagamento da folha dos servidores. Segundo o Conselheiro Gustavo Barbosa, apesar de duras, as medidas seriam necessárias devido à insuficiência de arrecadação frente à folha



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

de pagamentos. O Conselheiro José Roberto Compasso questionou a prioridade de se pagar o servidor, uma vez que a real prioridade é manter o serviço público funcionando. O Conselheiro Gustavo Barbosa assentiu, e disse que está trabalhando para isso, que há mais de dez bilhões de reais represados em fornecedor, e que o custeio já está parando. O Conselheiro José Roberto Compasso perguntou se a situação seria resolvida caso os salários dos servidores fossem reduzidos em trinta por cento. O Presidente do CONAD respondeu que certamente ajudaria. O Conselheiro Pedro Paulo de Barros disse que só há duas soluções: aumentar o custeio ou reduzir as despesas, e perguntou se o Estado poderia suspender as isenções fiscais por seis meses como forma de aliviar o caixa do Estado. O Secretário de Estado de Fazenda esclareceu que se trata de incentivos fiscais, não de isenções, e disse que o Governo do Estado mostrou durante reunião na Assembleia Legislativa do Estado que mais de cinquenta por cento dos incentivos fiscais são provenientes do CONFAZ, além de autorizações legislativas e de decretos. O Conselheiro Gustavo Barbosa disse, ainda, que a despesa não se resolverá por conta própria, uma vez que os gastos com pessoal consomem setenta por cento da receita do Estado. O Conselheiro André Luís de Castro enfatizou a preocupação de todos, e acrescentou que a situação é formada por um conjunto de fatores, inclusive pelos bloqueios de contas pelo Governo Federal. O Conselheiro Reges dos Santos continuou a apresentação do item e exibiu o panorama geral da pensão: o Diretor-Presidente do Rioprevidência expôs a distribuição de pensões por tipo de beneficiário, e passou ao quadro comparativo do reajuste de benefícios e da quantidade de pensionistas com reajuste por paridade e pelo índice INPC. O Conselheiro Reges dos Santos passou à evolução dos servidores no Plano Previdenciário, que alcançou dezoito mil novecentos e vinte e quatro contribuintes em novembro, totalizando uma arrecadação patronal e de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

servidores no valor de dezessete milhões duzentos e sessenta e dois mil reais. O Diretor-Presidente do Fundo apresentou, também, a economia na folha de pensão proveniente de auditoria: trinta e três milhões e cem mil reais ao mês, totalizando um bilhão cento e oitenta e dois milhões de reais desde o ano de dois mil e doze, quando foram iniciadas as auditorias de folha. O Conselheiro Reges dos Santos lembrou que o Plano Previdenciário registrou a primeira aposentadoria por invalidez em julho de dois mil e quinze. Em dois mil e dezesseis foram registradas mais cinco aposentadorias, pelo mesmo motivo. De acordo com o Diretor-Presidente do Rioprevidência, o Fundo está realizando levantamento de processos de aposentadoria por invalidez dos segurados inseridos no Plano Previdenciário, os quais serão encaminhados à Perícia do Estado para reavaliação. Além disso, está sendo criado formulário para aposentadoria por invalidez em parceria com a Perícia, porque muitos servidores estão entrando no serviço público nas vagas destinadas a portadores de necessidades especiais e, posteriormente, solicitam aposentadoria por invalidez alegando essa mesma necessidade especial. O Diretor-Presidente do Rioprevidência informou que em novembro a Receita de Compensação Previdenciária foi de treze milhões e setecentos e oitenta mil reais, e que o Estoque Acumulado somou cento e sessenta e sete milhões e setecentos mil reais. A receita da Coordenadoria de Arrecadação e Cobrança alcançou dez milhões setecentos e vinte e sete mil reais no exercício de dois mil e dezesseis. O Conselheiro Reges dos Santos informou que o Rioprevidência continua realizando convênios com os entes de previdência dos municípios do Rio de Janeiro a fim de ampliar as auditorias das folhas de pagamentos e de benefícios. **Item Quatro.** O Conselheiro Reges dos Santos apresentou as ações do Rioprevidência para o ano de dois mil e dezessete: será publicada uma Resolução Conjunta entre a Secretaria de Planejamento e Gestão e o



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

Rioprevidência; será necessária a utilização da ferramenta GED, referente a processo digital; e o uso do SIGRH, uma ferramenta vista como investimento para o cruzamento de dados de até dois mil servidores por mês. A expectativa de economia com essa auditoria é de trinta milhões de reais. **Item Cinco.** O Diretor-Presidente do Rioprevidência apresentou o novo Diretor Jurídico do Fundo, Senhor Marcel Silva Gladulich, e passou ao Planejamento Estratégico para o ano de dois mil e dezessete. De acordo com o Conselheiro Reges dos Santos, o objetivo seria a otimização da gestão da auditoria de benefícios, para a assunção da centralização de aposentadorias, e a das receitas próprias do Rioprevidência. Estão previstos a redução de despesas em um por cento em dois mil e dezessete, o que gerará uma economia de cento e cinquenta milhões de reais, e um aumento de dez por cento das receitas próprias, por meio da venda de imóveis, da cobrança de Licenças sem Vencimento e da Compensação Previdenciária. A auditoria de benefícios, por sua vez, englobaria uma Resolução Conjunta entre a Secretaria de Planejamento e o Rioprevidência, o cruzamento de dados entre o INSS e os Entes Federativos, a auditoria de folha de inativos, a auditoria processos de habilitação à pensão e aposentadoria, e a auditoria de aposentados inválidos. Já a centralização de aposentadoria seria exequível mediante a formulação do procedimento de aposentadoria, o desenvolvimento módulo de aposentadoria no SIGRH, a preparação da GED, a publicação do decreto de aposentadoria e, por fim, um treinamento interno e outro para os setores de Recursos Humanos dos órgãos do Estado. **Item Extrapauta Um.** O Conselheiro Camilo Rulière solicitou que fosse consignado em ata seu pedido de renúncia como membro efetivo do Conselho de Administração do Rioprevidência, por ser necessário que se dedique mais a questões do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O Conselheiro Camilo Rulière alegou estar sobrecarregado com questões administrativas do TJ, elogiou o



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

trabalho realizado pelo Rioprevidência e agradeceu pela troca de experiências. O Presidente do CONAD lamentou a saída do Conselheiro Camilo Rulière e agradeceu pela colaboração de extrema relevância e pelo enriquecimento nas discussões. **Item Extrapauta Dois.** A Conselheira Wilma de Souza Leal disse que lhe causava estranheza a estrutura previdenciária mantida pelo estado, uma vez que seria necessária a contribuição de três servidores ativos para financiar um servidor inativo. Além disso, segundo a Conselheira, os servidores lotados em cargos comissionados contribuem para o INSS, e não para o Regime Próprio de Servidores do Estado. A Conselheira Wilma Leal destacou que, atualmente, a ALERJ possui seiscentos servidores concursados ativos e cerca de quatro mil e quinhentos servidores comissionados. Estes últimos contribuem para o INSS. A Conselheira Wilma Leal disse, ainda, ter ouvido que o Estado do Rio de Janeiro pretende que cada órgão custeie seus inativos, e afirmou que a ALERJ tem folga orçamentária, a qual é doada para o Poder Executivo, mas poderia ser usada para o pagamento de inativos. O Conselheiro Gustavo Barbosa reconheceu que os quatro mil e quinhentos servidores citados pela Conselheira Wilma Leal realmente não geram contribuição para o Rioprevidência, por serem vinculados ao INSS. Caso contribuíssem para o RPPS, segundo o Presidente do CONAD, esses gerariam um problema para o Fundo, porque muitos deles estão próximos da aposentadoria. O Conselheiro Gustavo Barbosa esclareceu que, atualmente, quatro servidores ativos são necessários para custear um inativo, e que aposentadoria precoce e longevidade são fenômenos mundiais, com tendência a piorar a situação fiscal dos Fundos. O Presidente do CONAD aproveitou para explicar que o Fundo Previdenciário é um regime de capitalização com o objetivo de evitar que se dependa de servidores ativos para pagar inativos, e disse que a dinâmica mencionada pela Conselheira Wilma Leal é a mesma apresentada por todas as



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016

Assembleias Legislativas, devido à alta rotatividade de deputados. O Conselheiro Gustavo Barbosa disse que foi encaminhado à ALERJ Projeto de Lei com relação ao déficit previdenciário, cujo pagamento ficaria a cargo dos Poderes, em vez de ser arcado somente pelo Executivo. No entanto, o PL foi devolvido ao Executivo. Caso a medida fosse implantada, geraria um alívio anual de dois bilhões e duzentos milhões de reais aos cofres do Executivo. O Conselheiro Pedro Paulo de Barros lembrou que o dinheiro do Estado é único, e o que seria feita é uma redistribuição do montante. **Item Extrapauta Três.** O Presidente do CONAD mencionou a presença de representantes da Segurança do Estado como ouvintes nesta reunião do Conselho, e propôs que a área de Segurança tenha representação no CONAD, alteração que deverá ser feita por meio de Lei. Os demais Conselheiros assentiram. O Conselheiro Gustavo Barbosa disse que os representantes serão convidados a participar das próximas reuniões do Conselho. O Presidente do CONAD também mencionou que diversas categorias manifestaram intenção de aderir à Previdência Complementar do Estado, e de optar pela entrada dos servidores no Fundo Previdenciário, situação que está sendo estudada. O Conselheiro Gustavo Barbosa agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo Presidente do Conselho de Administração, Conselheiro Gustavo Barbosa, e eu, Primeira Secretária, Francisca Rodrigues Talarico, lavrei a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e por todos os Conselheiros presentes.

Gustavo de Oliveira Barbosa
Secretário de Estado de Fazenda
Presidente do Conselho de Administração



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

**ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016**

CONTINUAÇÃO DAS ASSINATURAS DOS PRESENTES NA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

Francisca Rodrigues Talarico

Representante dos Segurados do Executivo
1ª Secretária do Conselho de Administração

Reges Moisés dos Santos

Diretor-Presidente do Rioprevidência

Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Camilo Ribeiro Rulière

Representante dos Segurados do Tribunal de Justiça

José Roberto Portugal Compasso

Representante do Tribunal de Justiça

Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº. 106 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20091-005





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

**ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 21.12.2016**

CONTINUAÇÃO DAS ASSINATURAS DOS PRESENTES NA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

André Luís Machado de Castro
Defensor Público Geral do Estado

Pedro Paulo Marinho de Barros
Representante do Ministério Público

Wilma de Souza Leal
Representante dos Segurados do Legislativo

Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº. 106 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20091-005

